O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 20 | Nº 59 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.14517950

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O MODELO DE CONTABILIDADE BASEADO NO VALOR JUSTO: PONTOS E CONTRAPONTOS

João Guilherme Magalhães-Timotio[1]

Augusto Guilherme Silveira Dias[2]

Lindon Johnson Dias da Silva[3]

Resumo

No campo da contabilidade, destaca-se o debate sobre o modelo baseado no valor justo, desenvolvido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incorporado nas normas FRS (International Financial Reporting Standards), de origem anglo-saxã. Esse modelo tem gerado reflexões importantes sobre seus benefícios e limitações. Sob essa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar o modelo de valor justo, apresentando seus principais argumentos favoráveis e críticos, considerando a contabilidade como uma ciência social aplicada, com forte influência histórica e social de agentes do mercado e da sociedade. O estudo foi desenvolvido na forma de um estudo teórico, com base em reflexões fundamentadas em literatura especializada, buscando avançar na compreensão crítica sobre o tema. A análise destacou os benefícios do modelo de valor justo, como a maior transparência e relevância das informações contábeis, mas também apontou críticas significativas, incluindo desafios relacionados à subjetividade nas mensurações e potenciais impactos na volatilidade dos resultados. Observou-se que o modelo reflete o contexto histórico e social em que foi criado, sendo influenciado por diversos agentes do mercado. Concluiu-se que o modelo de valor justo é uma construção relevante para o avanço da contabilidade, mas sua aplicação exige uma análise cuidadosa de seus impactos práticos e teóricos, considerando a influência de fatores históricos e sociais. A reflexão sobre o tema é essencial para o desenvolvimento contínuo da contabilidade como ciência social aplicada.

Palavras-chave: Contabilidade; IASB; IFRS; Valor Justo.

Abstract

In the field of accounting, the debate surrounding the fair value model, developed by the International Accounting Standards Board (IASB) and incorporated into the International Financial Reporting Standards (IFRS) of Anglo-Saxon origin, stands out. This model has sparked significant reflections on its benefits and limitations. In this context, the objective of this study was to analyze the fair value model by presenting its main favorable arguments and critical points, considering accounting as an applied social science with a strong historical and social influence exerted by market agents and society. The study was conducted in the form of a theoretical study, based on reflections grounded in specialized literature, aiming to advance the critical understanding of the topic. The analysis highlighted the benefits of the fair value model, such as greater transparency and relevance of accounting information, but also identified significant criticisms, including challenges related to subjectivity in measurements and potential impacts on the volatility of results. It was observed that the model reflects the historical and social context in which it was created, being influenced by various market agents. It was concluded that the fair value model is a relevant construct for the advancement of accounting, but its application requires careful analysis of its practical and theoretical impacts, considering the influence of historical and social factors. Reflection on the subject is essential for the continuous development of accounting as an applied social science.

Keywords: Accounting; Fair Value; IASB; IFRS.

[1] Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: j.guilhermemagalhaes@gmail.com

[2] Assessor de Gestão Estratégica e Inovação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAMG). E-mail: agei@unimontes.br

[3] Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: lindon.silva@unimontes.br

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar criticamente o modelo contábil baseado no valor justo (fair value), conforme estabelecido pelas normas do International Financial Reporting Standards (IFRS), desenvolvidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A crescente globalização e a intensificação das relações econômicas internacionais têm demandado modelos contábeis globais que proporcionem maior comparabilidade e transparência entre empresas de diferentes países. Nesse contexto, o valor justo emerge como uma abordagem inovadora, mas cercada de controvérsias, sobretudo em relação à sua subjetividade e volatilidade.

O problema central deste estudo reside em investigar como o valor justo impacta a confiabilidade das informações financeiras e a tomada de decisões dos stakeholders. A pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar se a adoção desse conceito contribui efetivamente para aumentar a transparência e a relevância das informações contábeis ou se introduz riscos que podem comprometer a estabilidade e a confiança no ambiente de negócios. Essa análise é particularmente relevante diante da importância da contabilidade como instrumento de mediação nas relações econômicas globais.

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como um estudo teórico, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica e documental. A escolha por este formato deve-se à sua capacidade de fomentar reflexões críticas e análises aprofundadas sobre conceitos e práticas, indo além da simples descrição de dados empíricos. O texto permite explorar o objeto de estudo a partir de uma perspectiva subjetiva e interpretativa, adequada para abordar as múltiplas dimensões do conceito de valor justo.

Os procedimentos de coleta de dados envolveram a identificação e seleção de materiais acadêmicos relevantes, incluindo artigos científicos, livros e documentos técnicos, como as normas emitidas pelo IASB. Esses materiais foram organizados e classificados de acordo com dois eixos principais: (i) antecedentes históricos e evolução do modelo IASB e (ii) debates teóricos e práticos sobre o conceito de valor justo.

A análise dos dados foi conduzida de forma crítica e reflexiva, priorizando a identificação de argumentos convergentes e divergentes relacionados à adoção do valor justo. A abordagem buscou compreender não apenas os aspectos técnicos do conceito, mas também os impactos mais amplos de sua aplicação no contexto contábil global. Esse processo de análise resultou na síntese das principais contribuições e críticas, que estruturam as discussões centrais deste estudo.

Este texto está organizado em três partes principais. Primeiramente, são apresentados os antecedentes históricos do modelo contábil global e a evolução das normas IFRS, situando o valor justo em seu contexto de desenvolvimento. Em seguida, discute-se o conceito de valor justo, detalhando seus

fundamentos e as principais controvérsias que o cercam. Por fim, o trabalho traz as considerações finais com uma reflexão crítica sobre os argumentos apresentados, indicando possíveis caminhos para futuras análises e levantando questões que permanecem abertas.

A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA "SOCIAL" APLICADA

A contabilidade é amplamente reconhecida como uma ciência social aplicada, por estar inserida no contexto das relações econômicas e sociais em constante transformação. Diferentemente das ciências naturais, seu caráter é histórico e dinâmico, evoluindo à medida que a sociedade demanda novos modelos de interpretação e medição econômica. Como apontam Hopwood e Miller (2019), a contabilidade desempenha um papel fundamental não apenas na mensuração de valores, mas na construção de narrativas organizacionais que influenciam decisões econômicas e políticas.

A natureza social da contabilidade é evidenciada no processo de normatização, que reflete um acordo coletivo entre diversos agentes interessados. No entanto, a partir da década de 1970, o desenvolvimento de normas internacionais passou a ser liderado por organismos privados, como o International Accounting Standards Board (IASB). Esse movimento, embora eficiente sob o ponto de vista técnico, é frequentemente criticado por priorizar os interesses de investidores e credores em detrimento de outros stakeholders (CHIAPELLO, 2020). A predominância dessa abordagem técnica desvia a contabilidade de seu caráter inclusivo e democrático, marginalizando questões sociais e ambientais.

A crítica ao modelo anglo-saxão, que será aprofundada neste estudo, destaca uma mudança significativa na visão da empresa. Enquanto modelos tradicionais tratavam a organização como uma entidade produtora de bens e serviços para a sociedade, o novo modelo a reduz a uma "cesta de ativos", como destacado por Chiapello (2020). Essa mudança reflete a ascensão do capitalismo financeiro, no qual a valorização de ativos no curto prazo tem primazia sobre o desenvolvimento sustentável das organizações (CAPRON, 2021).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MODELO ANGLO-SAXÃO DE CONTABILIDADE

Após a Segunda Guerra Mundial, os sistemas contábeis nacionais evoluíam de maneira isolada, fundamentados nos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP). Como destacado por Zeff (2021), países como os Estados Unidos e o Canadá adotaram uma abordagem conservadora, baseada no custo histórico, enquanto o Reino Unido e a Austrália permitiam a reavaliação de ativos. Em

contrapartida, países europeus, como a França, desenvolveram sistemas codificados, como o Plano Contábil Nacional de 1947, que se tornou referência internacional.

O surgimento do comércio internacional nas décadas de 1950 e 1960 reforçou a necessidade de harmonização contábil, dada a complexidade crescente na comparação das demonstrações financeiras entre países. Nesse contexto, lideranças como Sir Henry Benson, presidente do Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW), promoveram a criação do Accountants International Study Group (AISG), um marco inicial para o desenvolvimento do International Accounting Standards Committee (IASC) em 1973.

A partir de então, o IASC começou a emitir normas conhecidas como International Accounting Standards (IAS), cujo objetivo era reduzir as discrepâncias entre os sistemas contábeis nacionais. Esse movimento ganhou força na década de 2000, impulsionado pelo escândalo da Enron, que expôs fragilidades nos modelos contábeis tradicionais (BALL *et al*., 2021). Em resposta, o IASC foi reorganizado como International Accounting Standards Board (IASB) em 2001, lançando as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Atualmente, a convergência contábil internacional é liderada pelo IASB e conta com o apoio de organismos reguladores, como a Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no Brasil. A adesão obrigatória das IFRS na União Europeia a partir de 2005 consolidou sua aceitação global, seguida por países como Austrália, Hong Kong, Brasil e Canadá (BARTH *et al*., 2020).

REVISITANDO ALGUNS DOS PRINCIPAIS IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS IFRS

A adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) gerou impactos significativos em diversas frentes, tanto positivas quanto negativas, influenciando a qualidade da informação contábil, os custos de capital e o comportamento dos mercados financeiros globais.

Entre os benefícios, destaca-se a melhora na qualidade e relevância da informação contábil. As IFRS introduzem critérios de reconhecimento e mensuração que refletem mais fielmente a substância econômica das transações, proporcionando aos usuários informações tempestivas e úteis para a tomada de decisões (BARTH *et al*., 2020). Em comparação com modelos baseados no custo histórico, as IFRS oferecem uma visão mais atualizada dos ativos e passivos, o que melhora a comparabilidade internacional das demonstrações financeiras (BALL *et al*., 2021).

Além disso, estudos empíricos apontam que a adoção das IFRS contribui para a redução do custo de capital, especialmente em mercados emergentes. Chen *et al*. (2020) demonstram que as IFRS

facilitam o acesso das empresas ao financiamento externo ao reduzir assimetrias de informação entre investidores e gestores. Esse efeito é particularmente relevante em países com sistemas contábeis previamente fragmentados ou menos desenvolvidos. Empresas que adotam as IFRS tendem a atrair um número maior de investidores estrangeiros, reforçando a confiança no mercado e ampliando o fluxo de capitais internacionais (DASKE *et al*., 2019).

Outra vantagem importante é o impacto positivo das IFRS no mercado de capitais. A adoção do padrão aumenta a liquidez dos mercados e melhora a capacidade preditiva dos analistas financeiros. Glaum *et al*. (2021) evidenciam que analistas em mercados europeus e asiáticos obtêm previsões mais precisas após a adoção das IFRS, o que eleva a qualidade das análises financeiras e a confiança dos investidores. A maior transparência também reduz o risco de gerenciamento de resultados e manipulações contábeis (BISSESSUR; HODGSON, 2020).

No entanto, a adoção das IFRS também traz desafios e críticas significativas, especialmente em relação ao conceito de valor justo (fair value). A mensuração a valor justo, amplamente incentivada pelas IFRS, introduz um grau elevado de volatilidade nas demonstrações financeiras, particularmente em períodos de instabilidade econômica ou em mercados ilíquidos. Nesses cenários, a ausência de referências de mercado confiáveis força os avaliadores a recorrerem a modelos matemáticos e econométricos, o que pode comprometer a fidedignidade das informações (HITZ, 2021).

Além da volatilidade, críticos apontam a subjetividade inerente à mensuração a valor justo, que depende de suposições e estimativas que variam conforme os métodos adotados e os interesses envolvidos. Laux e Leuz (2019) argumentam que a aplicação do valor justo aumenta o risco de manipulações contábeis, pois os cálculos podem ser moldados para atender aos objetivos dos gestores, o que prejudica a confiança e a comparabilidade das informações.

Outro ponto amplamente discutido é o foco excessivo das IFRS nos investidores e credores, o que pode marginalizar os interesses de outros stakeholders, como funcionários, fornecedores e a sociedade em geral (CAPRON, 2021). Esse viés, característico do modelo anglo-saxão, reflete a predominância do capitalismo financeiro, que prioriza a valorização dos ativos em detrimento de preocupações sociais e ambientais. Chiapello (2020) destaca que essa abordagem contribui para uma visão reducionista da empresa como um mero "portfólio de ativos", afastando-a de sua responsabilidade social.

Além disso, há o alto custo de implementação das IFRS, especialmente em países com recursos limitados e sistemas contábeis menos desenvolvidos. A complexidade das normas e a necessidade de treinamento contínuo dos profissionais aumentam os custos operacionais das empresas, o que pode ser um desafio significativo para pequenas e médias organizações (THAUVRON, 2020).

Por fim, críticas também apontam para a fragilização do caráter histórico da contabilidade. O valor justo, ao substituir o custo histórico, dificulta a rastreabilidade das transações e compromete a memória organizacional (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2020). Esse aspecto levanta questionamentos sobre a confiabilidade das informações no longo prazo, especialmente quando aplicadas em contextos de incerteza e instabilidade.

DISCUSSÃO CONTÁBIL SOBRE O VALOR JUSTO (*FAIR VALUE*)

A Norma Internacional de Relatório Financeiro IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13) define o conceito de valor justo, estabelece uma estrutura para sua mensuração e exige divulgações relacionadas a esse processo.

O IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo, na data da mensuração, em uma transação normal entre participantes do mercado. Uma definição mais atualizada de valor justo apresenta-o como “o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, na ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória".

Dessa forma, o preço de saída de um ativo ou passivo deve ser apurado na data da mensuração, o que implica que, em certas situações, o custo (preço de entrada) pode não ser a melhor representação do valor justo na data da transação.

Iudícibus e Martins (2007) apontam que a tradução literal de *fair value* é: "a importância pela qual um item poderia ser trocado ou acertado entre participantes desejosos e conhecedores, numa transação de comprimento de braço". No entanto, sugerem uma definição mais adequada: “valor justo é o montante pelo qual determinado item poderia ser transacionado entre participantes dispostos e conhecedores do assunto, numa transação sem favorecimento”.

Os autores destacam que o conceito de valor justo é complexo, especialmente quando definido como “a importância pelo qual determinado item 'poderia' ser transacionado”. A palavra “poderia” colocar o avaliador em uma posição de incerteza, um limbo conceitual. Eles questionam que, até recentemente, não se discutia se o valor justo deveria refletir um valor de entrada ou de saída, ou seja, um mercado de compra ou de venda. Ainda sugerem que que, se a primeira aplicação prática do conceito ocorre por meio da obtenção de um valor de mercado, então por que não definir o valor justo diretamente como o valor de mercado? Respondem que isso se deve ao fato de que, na ausência de referências de mercado, utiliza-se modelos matemáticos e econométricos para estimar o valor justo.

O conceito de valor justo veio substituir, em muitos casos, o conceito de custo histórico, que ainda é utilizado em itens como terrenos, imóveis, instalações e equipamentos, ativos intangíveis não negociados frequentemente no mercado (marcas, patentes, direitos autorais) e investimentos permanentes não reavaliados. Por outro lado, os saldos contábeis de certos ativos e passivos são baseados no valor justo, como derivativos, ativos financeiros e exigibilidades financeiras, ativos biológicos, imóveis e equipamentos reavaliados, certos ativos intangíveis, investimentos em imóveis, entre outros.

Portanto, a mensuração pelo valor justo não se aplica a todos os ativos e passivos. Conforme expõe Lustosa (2017), as técnicas de avaliação utilizadas para identificar o valor justo são as seguintes:

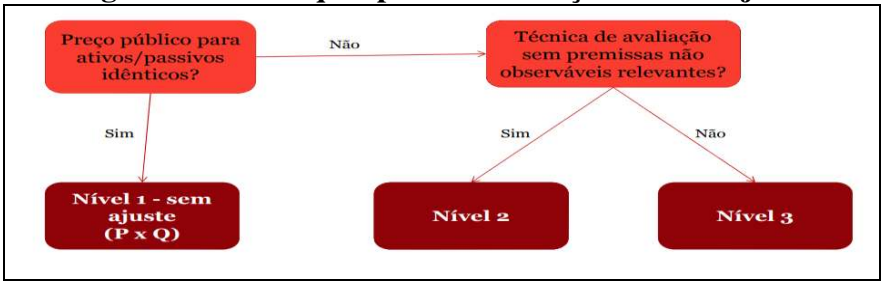
> Abordagem de mercado: baseada em preços e informações relevantes geradas pelo mercado envolvendo ativos ou passivos idênticos ou comparáveis.
>
> Abordagem de renda: utiliza o valor presente de fluxos de caixa futuros ou modelos de precificação, como o modelo de Black-Scholes.
>
> Abordagem de custo: considera o custo de reposição do ativo sob a ótica de um participante do mercado que precisasse adquirir ou produzir um substituto de utilidade equivalente.

Lustosa (2017) também sugere uma hierarquia de três níveis de prioridade para a mensuração do valor justo, baseada na disponibilidade de inputs para alimentar as técnicas de avaliação.

> O primeiro *input*: quando houver disponibilidade de preços cotados em mercados em atividade para ativos e passivos idênticos e que a entidade que reporta tenha condição de acessá-los na data da mensuração;
>
> O segundo *input*: quando os outros *inputs*, exceto preços cotados, estiverem disponíveis para o ativo ou passivo de modo direto ou indireto. Os autores exemplificam com preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos;
>
> O terceiro *input*: quando não há *inputs* observáveis para a mensuração do valor justo, que deverá ser calculado nesses casos com o uso de técnicas de avaliação. Isso ocorre em situações de inexistência de mercado ativo para o ativo ou passivo.

A seguinte Figura 1 apresenta um resumo da hierarquia para mensuração do valor justo:

Figura 1 - Hierarquia para mensuração do valor justo



Fonte: PwC (2013).

Em suma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado, e não uma mensuração específica da entidade. Para determinados ativos e passivos, podem estar disponíveis informações ou transações de mercado observáveis. No entanto, quando essas informações não estão disponíveis, utilizam-se modelos matemáticos ou econométricos para realizar a estimativa.

Ainda assim, o objetivo da mensuração pelo valor justo, em ambos os casos, permanece o mesmo: estimar o preço pelo qual uma transação ordenada para vender o ativo ou transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado, na data de mensuração e sob as condições atuais. Esse conceito substitui, em algumas ocasiões, o custo histórico.

VALOR JUSTO: PONTOS E CONTRAPONTOS

O modelo contábil baseado no valor justo (fair value), introduzido pelas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), representa uma inovação relevante, mas também polêmica. Essa abordagem transformou profundamente a prática contábil global ao substituir o custo histórico em diversas situações de mensuração. A seguir, apresentam-se as principais vantagens e desvantagens dessa metodologia, organizadas em torno de uma análise crítica e estruturada.

Os defensores do valor justo destacam que sua adoção traz benefícios significativos para a qualidade e relevância das informações financeiras, contribuindo de maneira expressiva para a evolução da contabilidade em um cenário globalizado. Primeiramente, o valor justo promove uma melhoria na qualidade da informação contábil ao refletir com mais fidelidade a realidade econômica das transações e eventos corporativos. Isso resulta em um aumento na relevância das demonstrações financeiras e uma redução no gerenciamento de resultados, proporcionando maior transparência aos usuários. Estudos empíricos confirmam esses efeitos positivos: Chen *et al*. (2012) identificaram melhorias significativas em mercados emergentes, enquanto Taylor *et al*. (2010) e Clacher *et al*. (2013) observaram resultados semelhantes na Austrália e no Reino Unido, reforçando a confiabilidade do modelo em diferentes contextos econômicos.

Além disso, o valor justo facilita a comparabilidade internacional das informações financeiras ao estabelecer um padrão contábil mais coerente entre empresas e países. Essa padronização é fundamental em um contexto de globalização financeira, permitindo que investidores e outros usuários das demonstrações compreendam melhor o desempenho econômico das organizações, independentemente da localização geográfica. Esse ponto é amplamente respaldado por estudos como os de Daske e Gebhardt (2006) e Barth *et al*. (2020), que destacam o impacto positivo dessa harmonização contábil no ambiente econômico global.

Outro benefício notável está relacionado ao efeito positivo nos mercados de capitais, uma vez que a adoção do valor justo contribui para a redução das assimetrias informacionais entre gestores e investidores, tornando o mercado mais eficiente. Pesquisas realizadas por Christensen *et al*. (2009) e Armstrong *et al*. (2010) demonstram que o uso do valor justo está associado à redução no custo de capital das empresas e ao aumento da confiança dos investidores institucionais, fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável dos mercados financeiros.

Ademais, o valor justo promove o aprimoramento da capacidade preditiva dos analistas financeiros, uma vez que as informações contábeis se tornam mais atualizadas e próximas ao valor de mercado. Essa atualização permite previsões mais precisas e fundamentadas sobre o desempenho futuro das empresas, conforme evidenciado nos estudos de Glaum *et al*. (2013) e Byard *et al*. (2011), que observaram melhorias significativas na precisão das análises em diversos países europeus após a adoção do valor justo.

Outro aspecto positivo é a atualização contínua dos valores de ativos e passivos, característica que permite alinhar as informações contábeis às condições econômicas atuais. Ao substituir o custo histórico em determinadas situações, o valor justo oferece uma visão mais próxima do valor real dos bens e obrigações das empresas, conectando-se de forma mais precisa à dinâmica econômica contemporânea. Hitz (2021) argumenta que essa reavaliação periódica contribui para que os demonstrativos financeiros apresentem informações mais alinhadas à realidade dos negócios.

Por fim, o valor justo facilita a livre circulação de capitais ao harmonizar as práticas contábeis em escala global, promovendo a integração dos mercados financeiros. Essa integração é essencial para atrair investimentos estrangeiros, reduzir barreiras informacionais e fomentar o crescimento econômico. Segundo Leuz e Wysocki (2020), a padronização proporcionada pelo valor justo aumenta a transparência e a confiança dos investidores internacionais, incentivando a movimentação de capitais entre países e fortalecendo o ambiente global de negócios.

Portanto, o valor justo representa um avanço significativo na contabilidade, promovendo informações mais relevantes, comparáveis e alinhadas às realidades econômicas atuais, além de contribuir positivamente para o funcionamento dos mercados financeiros e a confiança dos investidores globais.

Por outro lado, críticos do valor justo apontam diversas limitações e desafios que comprometem sua aplicação e reduzem os benefícios esperados dessa metodologia. Um dos principais problemas é a volatilidade excessiva introduzida nas demonstrações financeiras, especialmente em contextos de instabilidade econômica ou em mercados com baixa liquidez. A constante oscilação dos valores pode dificultar a interpretação dos resultados por parte dos usuários e gerar desconfiança em relação à

confiabilidade das informações contábeis. Como destacam Laux e Leuz (2019), essa volatilidade torna as demonstrações financeiras menos estáveis e pode criar distorções significativas na análise do desempenho das empresas.

Além disso, há uma subjetividade considerável nas medições realizadas pelo valor justo. Na ausência de mercados ativos para determinados ativos ou passivos, a mensuração depende de modelos matemáticos e projeções, os quais incorporam estimativas que podem variar de acordo com os critérios adotados. Essa flexibilidade abre brechas para manipulações de resultados, comprometendo a qualidade e a fidedignidade das informações. Nesse sentido, Hitz (2021) alerta que a subjetividade inerente ao valor justo é uma vulnerabilidade crítica, especialmente quando os cálculos são influenciados por interesses gerenciais.

Outra crítica importante é o foco excessivo no mercado financeiro, uma característica que prioriza os interesses de investidores e credores em detrimento de outros stakeholders igualmente relevantes, como funcionários, fornecedores e a sociedade em geral. Essa priorização reflete um viés típico do capitalismo financeiro, no qual a valorização dos ativos e a maximização do retorno para os acionistas são colocadas acima de preocupações sociais e ambientais. Conforme argumenta Capron (2005), essa abordagem torna a contabilidade um instrumento de atendimento a investidores, ignorando a multiplicidade de agentes afetados pelas atividades empresariais.

A complexidade e os custos elevados de implementação representam mais um desafio significativo. A aplicação do valor justo demanda treinamento técnico avançado, ferramentas sofisticadas e monitoramento contínuo dos valores de ativos e passivos, o que pode ser especialmente oneroso para pequenas e médias empresas. Thauvron (2020) observa que a adoção desse modelo contábil exige uma infraestrutura robusta, que muitas organizações não possuem, aumentando os custos operacionais e tornando o valor justo menos acessível em contextos econômicos menos desenvolvidos.

Por fim, críticos apontam os riscos à memória organizacional gerados pela substituição do custo histórico pelo valor justo. O custo histórico, ao registrar transações com base em valores de aquisição, permite uma rastreabilidade clara dos registros contábeis ao longo do tempo, facilitando a análise histórica e a memória da organização. No entanto, o uso do valor justo, ao refletir valores de mercado que podem mudar constantemente, dificulta essa rastreabilidade e pode comprometer a continuidade histórica das informações contábeis. De acordo com Iudícibus e Martins (2007), essa perda de memória organizacional afeta negativamente a capacidade de avaliar a evolução econômica das empresas no longo prazo.

Portanto, embora o valor justo represente um avanço em termos de transparência e relevância das informações financeiras, suas limitações, como a volatilidade, a subjetividade, os altos custos de

implementação e os riscos à memória contábil, evidenciam a necessidade de um uso cauteloso e bem fundamentado dessa metodologia.

A fim de sintetizar os principais aspectos internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) do modelo contábil baseado no valor justo são apresentados os principais pontos com base na ferramenta de análise matricial identificada pelo acrônimo em inglês SWOT – Strenght, Weakness, Opportunities, Threats (MENDES *et al*., 2024), a qual identifica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

> *Forças*: Melhoria na qualidade e relevância das informações; Comparabilidade internacional; Aumento da capacidade preditiva dos analistas; e Atualização contínua dos valores contábeis.
>
> *Fraquezas*: Introdução de volatilidade excessiva; Subjetividade nas medições; Complexidade e altos custos de implementação; e Comprometimento da memória organizacional.
>
> *Oportunidades*: Integração global dos mercados financeiros; Desenvolvimento de tecnologias avançadas (Big Data, IA); Padronização de práticas contábeis internacionais.
>
> *Ameaças*: Instabilidade econômica e financeira; Desigualdade na implementação entre mercados desenvolvidos e emergentes; Manipulação de resultados em cenários ilíquidos.

A discussão detalhada das variáveis SWOT do modelo contábil baseado no valor justo revela aspectos positivos e negativos que impactam sua aplicação, além de identificar oportunidades e ameaças no ambiente externo.

Entre as forças, destaca-se que o valor justo fortalece a transparência e a qualidade da informação contábil, ao proporcionar uma visão mais precisa e alinhada com as realidades de mercado. Essa característica é essencial em um contexto globalizado, no qual investidores e usuários das demonstrações financeiras demandam informações mais relevantes e comparáveis para a tomada de decisões. O valor justo, ao refletir os valores econômicos atuais dos ativos e passivos, permite uma análise mais próxima da realidade operacional das empresas, favorecendo a confiança no ambiente financeiro.

Por outro lado, as fraquezas desse modelo residem principalmente na subjetividade e na volatilidade associadas às medições. A subjetividade surge quando não existem mercados ativos para referência, forçando a utilização de modelos matemáticos e projeções baseadas em premissas que podem variar conforme o avaliador. Além disso, a volatilidade torna-se um problema crítico, especialmente em momentos de crises econômicas, quando as oscilações abruptas nos valores podem distorcer a realidade financeira das empresas. Esse cenário pode dificultar a interpretação dos resultados e enfraquecer a confiança dos usuários, já que a incerteza nos valores impacta diretamente a análise de desempenho e solvência.

Em relação às oportunidades, a evolução tecnológica apresenta um horizonte promissor para aprimorar o uso do valor justo. Ferramentas como Big Data e inteligência artificial oferecem soluções para reduzir a subjetividade e aumentar a precisão das medições, por meio da análise de grandes volumes de dados em tempo real. Essas tecnologias podem contribuir para a automação dos processos de avaliação, tornando as medições mais objetivas e acessíveis. Além disso, o valor justo possui potencial para consolidar-se como o padrão global de mensuração, o que facilitaria a integração dos mercados financeiros internacionais. Esse movimento poderia eliminar barreiras informacionais, promover maior comparabilidade entre empresas de diferentes países e atrair mais investimentos estrangeiros, fortalecendo a convergência contábil global.

Por fim, as ameaças que envolvem o valor justo estão relacionadas, em grande parte, às desigualdades econômicas e estruturais entre os mercados. Países menos desenvolvidos enfrentam dificuldades na aplicação dessa metodologia devido à ausência de dados confiáveis e à falta de profissionais capacitados para realizar medições adequadas. Essas limitações podem comprometer a precisão e a aplicabilidade do valor justo em economias emergentes. Além disso, em contextos de instabilidade econômica, como crises financeiras, o valor justo pode amplificar os efeitos negativos ao refletir quedas significativas no valor dos ativos e passivos, o que pode distorcer a real situação econômica das empresas e intensificar os impactos negativos no mercado.

Portanto, embora o valor justo apresente vantagens significativas, como a melhoria da transparência e a adaptação às realidades de mercado, ele também enfrenta desafios críticos. A subjetividade, a volatilidade e as desigualdades na sua implementação evidenciam a necessidade de avanços tecnológicos e políticas contábeis mais robustas, de modo a fortalecer sua aplicação e minimizar suas vulnerabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade, historicamente, foi desenvolvida como uma ciência social aplicada, resultado de construções sociais mediadas por diferentes agentes econômicos e sociais em um processo dialógico e democrático. Durante séculos, esse caráter social fundamentou a contabilidade como uma prática voltada à produção de bens e serviços, com o objetivo de atender às demandas das sociedades em que as organizações estavam inseridas. Nesse contexto, prevaleciam os modelos contábeis locais, baseados em convenções específicas e no conceito consolidado de custo histórico, que oferecia segurança e estabilidade na representação financeira.

Contudo, com o avanço do capitalismo financeiro e a busca incessante pela maximização do retorno de investidores, financiadores e credores, a contabilidade passou a ser moldada sob uma nova perspectiva. A queda das taxas médias de lucro nas últimas décadas acelerou movimentos direcionados à reestruturação dos modelos contábeis tradicionais, culminando no surgimento do International Accounting Standards Board (IASB) e no desenvolvimento das International Financial Reporting Standards (IFRS). Sob esse novo arcabouço normativo, o conceito de valor justo (fair value) tornou-se central, rompendo com a hegemonia do custo histórico e suas variações.

A ascensão do valor justo reflete, claramente, uma priorização das demandas do mercado financeiro. Esse modelo busca fornecer informações mais relevantes e atualizadas para investidores e credores, ao refletir os valores econômicos correntes dos ativos e passivos. Entretanto, onde fica a sociedade nesse processo? A contabilidade, que antes servia como uma ferramenta mediadora para o desenvolvimento econômico e social, passou a relegar os interesses sociais ao segundo plano. Essa mudança promoveu uma alteração significativa na lógica de atuação das empresas, que agora priorizam a elevação das cotações em bolsas de valores e a maximização da riqueza dos proprietários de capital. Como resultado, objetivos de longo prazo, como o desenvolvimento social e a geração de valor para a sociedade, foram substituídos pelo imediatismo financeiro, comprometendo o papel tradicional das organizações no fomento do bem-estar coletivo.

Outro aspecto crítico do valor justo reside em sua complexidade conceitual e operacional. Em cenários onde não há referências de mercado confiáveis para a formação de preços, recorre-se a modelos matemáticos e econométricos. Embora essas ferramentas possam ser sofisticadas, elas não são imunes a manipulações. Como destaca a literatura especializada, a flexibilidade inerente a esses modelos pode facilitar a adulteração dos resultados contábeis para atender a interesses particulares. É importante reconhecer que a contabilidade, ao adotar o valor justo como uma alternativa ao gerenciamento de resultados associado ao princípio da prudência, paradoxalmente tornou-se mais vulnerável. Sob o princípio da prudência, as manipulações de resultados tendiam a ser mais conservadoras, evitando a criação de expectativas exageradas. Em contraste, o valor justo, ao estimular projeções futuras e interpretações subjetivas, tem frequentemente contribuído para a exacerbação de expectativas irreais, aumentando a volatilidade e a incerteza nas demonstrações financeiras.

Além disso, a volatilidade introduzida pelo valor justo é um ponto que merece atenção. Em períodos de instabilidade econômica ou crises financeiras, os valores justos de ativos e passivos oscilam drasticamente, distorcendo a realidade econômica das empresas e dificultando a interpretação dos resultados pelos usuários das demonstrações contábeis. Essa característica fragiliza a confiança no

sistema contábil, contradizendo a premissa de estabilidade e clareza que deveria nortear a contabilidade como um instrumento de mediação social.

Por outro lado, é inegável que a contabilidade deve acompanhar os avanços tecnológicos e as transformações econômicas que caracterizam o mundo contemporâneo. Sua evolução é necessária para que continue cumprindo seu papel de suporte à tomada de decisões. Ferramentas como Big Data e inteligência artificial têm o potencial de aprimorar as estimativas baseadas no valor justo, reduzindo sua subjetividade e tornando o processo de mensuração mais confiável e transparente. No entanto, a modernização da contabilidade não deve ocorrer à custa de suas funções tradicionais. Registrar a evolução econômica das organizações e fornecer uma visão estável e rastreável das informações financeiras são características fundamentais que não podem ser abandonadas.

Em síntese, a adoção do valor justo representa uma transformação profunda no modelo contábil, trazendo avanços no que diz respeito à relevância e tempestividade das informações, mas impondo desafios significativos, como a volatilidade, a subjetividade e a exclusão dos interesses sociais. A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, deve buscar um equilíbrio entre a atualização técnica e a preservação de seu papel histórico, garantindo que sua função como mediadora entre os interesses econômicos e sociais não seja comprometida. A busca por um modelo contábil mais inclusivo e sustentável é um desafio contínuo, mas também uma oportunidade para que a contabilidade recupere seu papel central no desenvolvimento econômico e social das sociedades.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, C. *et al*. “Market reaction to the adoption of IFRS in Europe”. **The Accounting Review**, vol. 85, n. 1, 2009.

BALL, R. “International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors”. **Accounting and Business Research**, vol. 36, n. 1, 2006.

BARTH, M. E. *et al*. “Global comparability in financial reporting”. **Accounting Horizons**, vol. 34, n. 1, 2020.

BISSESSUR, S.; HODGSON, A. “Stock market synchronicity–an alternative approach to assessing the information impact of Australian IFRS”. **Accounting and Finance**, vol. 52, n. 1, 2020.

BYARD, D. *et al*. “The effect of mandatory IFRS adoption on financial analysts’ information environment”. **Journal of Accounting Research**, vol. 49, n. 1, 2011.

CAPRON, M. “Les enjeux de la mondialisation des normes comptables”. **L'Économie Politique**, n. 4, 2005.

CAPRON, M. **Les normes comptables internationales, instruments du capitalisme financier**. Paris: La Découverte, 2005.

CHEN, C. *et al*. "Externalities of mandatory IFRS adoption: Evidence from cross-border spillover effects of financial information on investment efficiency". **The Accounting Review**, vol. 88, n. 3, 2012.

CHIAPELLO, E. "Les normes comptables comme institution du capitalisme. Une analyse du passage aux normes IFRS en Europe à partir de 2005". **Sociologie du Travail**, vol. 47, n. 3, 2005.

CHRISTENSEN, H. B. *et al*. "Do IFRS reconciliations convey information? The effect of debt contracting". **Journal of Accounting Research**, vol. 47, n. 5, 2009.

CLACHER, I. *et al*. "The value relevance of direct cash flows under International Financial Reporting Standards". **Abacus**, vol. 49, n. 3, 2013.

DASKE, H.; GEBHARDT, G. "International Financial Reporting Standards and experts' perceptions of disclosure quality". **Abacus**, vol. 42, n. 3, 2006.

GLAUM, M. *et al*. "Introduction of International Accounting Standards, disclosure quality and accuracy of analysts' earnings forecasts". **European Accounting Review**, vol. 22, n. 1, 2013.

HITZ, J. M. "The decision usefulness of fair value accounting: A theoretical perspective". **European Accounting Review**, vol. 16, n. 2, 2021.

HOPWOOD, A. G.; MILLER, P. **Accounting as Social and Institutional Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. "Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo". **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, vol. 18, 2007.

LAUX, C.; LEUZ, C. "The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate". **Accounting, Organizations and Society**, vol. 34, n. 6, 2019.

LUSTOSA, P. R. B. "A (in?) justiça do valor justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon". **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, vol. 5, n. 1, 2017.

MENDES, S. A. T. *et al*. "Marketing estratégico e eficiência nutricional no cultivo hidropônico de hortaliças: um estudo de caso no Amazonas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 50, 2024.

TAYLOR, G. *et al*. "Corporate communication of financial risk". **Accounting and Finance**, vol. 50, n. 2, 2010.

THAUVRON, A. "La comptabilité en IFRS est-elle utile? Quelques réflexions sur le bilan et son utilisation par l'analyste financier". **Academia.edu** [2020]. Disponível em: <www.academia.edu>. Acesso em: 23/10/2024.

ZEFF, S. A. "A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados". **Revista Contabilidade & Finanças**, vol. 25, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 20 | Nº 59 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima